

FESTAS, CIVISMO E MEMÓRIA DA REPÚBLICA

Jaime de Almeida *

Comemorar é, como indicam os dicionários, lembrar juntos, relembrar algum acontecimento ou vulto do passado, coletivamente e de alguma forma ritualizada ou cerimonial, diferentemente do simples ato individual de lembrar. Diferentemente, também, notemos desde logo, dos procedimentos individuais ou coletivos determinados pelo estudo e pelo ensino da História.

No momento em que se comemora o centenário da República Brasileira, em meio a outras comemorações significativas (Revolução Francesa, Inconfidência Mineira, Abolição da Escravatura, etc.), os historiadores se interrogam: quais as relações entre o conhecimento histórico - resultado de nossas práticas docentes e editoriais - e o sentimento cívico produzido pelas práticas festivas?

O antropólogo Roberto Da Matta, autor de Carnavais, malandros e heróis, situa a festa no domínio do ritual: domínio privilegiado para manifestar aquilo que se deseja perene ou mesmo eterno em qualquer sociedade. O ritual é, portanto, um formidável objeto de estudo para quem quiser penetrar na ideologia e nos valores de uma dada formação social. Aí se pode ver em ação uma intrincada ligadura entre as técnicas do poder em suas associações constantes com as formas grandiosas do cerimonial e do cerimonioso: seja para manter a distância entre o fraco e o forte, seja para fazer passar - pela repetição pausada e verdadeiramente obsessiva - uma coerência que é elemento básico da estrutura de legitimidade e de autoridade.

A maioria das sociedades complexas contemporâneas são marcadas por ritos comemorativos de algum evento único, realizado por um grupo ou classe social bem definido que é (por acordo geral ou pela força do poder) colocado acima de todas as diferenciações sociais típicas de tais sociedades, para representar toda a coletividade. Daí a abundância dos rituais nacionais que ajudam a construir, vivenciar e aprender o universo como totalidade e não como um aglomerado de contradições sociais.

É por meio do rito que se criam totalidades abrangentes,

* Professor de História das Américas no Departamento de História da UNB.

como no caso de um novo regime político, onde o novo líder deve recriar, por meio do cerimonial, uma nova totalidade, agora sob sua autoridade. O ritual é, então, entre outras coisas, um instrumento privilegiado para expressar e viabilizar totalidades.

É sobretudo na festa, ritual coletivo, que a sociedade pode ter (e efetivamente tem) uma visão não-rotineira de si mesma, quando não fica como é normalmente, nem como poderia vir a ser, já que a festa é, por definição, um estado passageiro. Mas esse estado passageiro talvez pudesse permanecer, prolongar-se e aprofundar-se... a festa é, também por definição, utópica.

Roberto Da Matta propõe dois paradigmas para as festas brasileiras: o carnaval, festa da espontaneidade e criatividade, e as festas cívicas, festas da ordem e da hierarquia. O carnaval se realiza normalmente à noite, nas ruas e praças do centro da cidade, lugares que subitamente deixam de ser o que são e se tornam um grande ponto de encontro entre pessoas que se comunicam efusivamente. Já as festas cívicas se realizam normalmente pela manhã, se possível num local historicamente sacralizado, sob a forma de um desfile de soldados e/ou estudantes diante de um palanque onde se concentram as autoridades, desfile passivamente assistido pela população.

Enquanto o carnaval se situa no calendário cristão, num tempo cósmico e cíclico que se repete a cada ano, as festas cívicas se apresentam como ritos históricos de passagem, que não apenas recriam um momento glorioso do passado, mas, muito especialmente, enfatizam a passagem do mundo colonial para o mundo da liberdade, ou do atraso para o progresso.

A organização das festas cívicas é de competência exclusiva dos poderes constituídos, legitimada por decretos. As Forças Armadas ordenam a sequência do ritual em função de um rígido princípio hierárquico. As palavras-chave do ritual cívico são eloquentes: o desfile, que se pauta pela ordem uniformidade, regularidade, obediência aos comandos, etc., se chama PARADA; o principal gesto executado por todos os indivíduos que desfilam, o gesto que expressa com exatidão o que as autoridades no palanque esperam de cada um deles e também da multidão silenciosa que a tudo assiste, se chama CONTINÊNCIA.

As festas cívicas que todos conhecemos também têm história. Podemos buscar pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, um dos principais inspiradores da democracia moderna. Redigindo a pedido de um grupo de exilados poloneses o programa Considerações sobre o governo da Polónia em 1772, Rousseau convoca as novas nações que,

ele presente, deverão surgir dos escombros do Absolutismo, a descobrir a realidade existencial do Contrato Social em festas públicas que, com sua linguagem enérgica, comovam as almas fortes dos cidadãos republicanos. O pano de fundo ao qual tal projeto se contrapõe são as pesadas festas barrocas de Luís XV, cuja teatralização artificial a serviço do soberano absoluto já não empolga mais ninguém. Ao invés de manter passivo o cidadão-espectador, a festa cívica deve fazer com que a coletividade se festeje a si mesma, dando a si mesma sua imagem e modelo em espetáculo. A festa do filósofo deve acionar a imaginação; mas o modelo social e moral (as virtudes cívicas, apresentadas sob a forma de alegorias) deve manter esta imaginação constantemente ocupada, não lhe permitindo afastar-se da lição moral representada.

As lideranças da Revolução Francesa interpretaram de várias maneiras estas propostas de Rousseau, e muitos foram levados à guilhotina justamente por divergências quanto à organização das festas e cultos revolucionários. Destes enfrentamentos, resulta que prevaleceu o ponto de vista burocrático e autoritário das elites esclarecidas: as festas revolucionárias vieram a tornar-se cerimônias comemorativas, rejeitadas as propostas radicais e democráticas que conheciam as festas nacionais como novos levantes populares contra as instituições remanescentes do Antigo Regime, sobretudo a religião.

Num ensaio magistral, A festa sob a Revolução Francesa, a historiadora Mona Ozouf constata que tais festas têm sido estudadas exclusivamente pelo ângulo das intenções de seus organizadores, raramente se atentando para a própria experiência vivida pelas massas no próprio desenrolar da festa. Independentemente da forma assumida pela festa manipulada por seus programadores, o povo tem fome de festa, mergulha nela buscando remédio para a intensa angústia desencadeada pela insegurança coletiva.

A festa cívica, tal como se fixou no decorrer de tal experiência histórica, procura a repetição para corroer o choque perturbador, para apagar as ameaçadoras novidades do conhecimento (por exemplo, o regicídio), para dar-lhe, arrancando-o do tempo profano e da vida real, todos os prestígios de um reinício arquetípico; e recorrer, mesmo antes da desgraça de Robespierre, ao vocabulário da festa católica. Um século mais tarde, quando a Terceira República vive a crise aguda da qual resultará apenas em 1905 a separação entre a Igreja e o Estado, reaparece a intenção de reabilitar o entusiasmo religioso na festa cívica. É exatamente neste mesmo período de fim de século que a República do Brasil

elabora o seu sistema de festas cívicas.

*

O calendário das festas cívicas republicanas brasileiras é obra dos intelectuais positivistas Teixeira Mendes e Demétrio Ribeiro, redatores do Decreto-Lei 155B, de 14/01/1890. O texto sintético da exposição de motivos, apesar de evocar o Sistema da Política Positiva de Augusto Comte, não colide de fato com nenhum princípio liberal: positivistas e livre-pensadores partilham então a mesma fé no dogma evolucionista do Progresso, e o mesmo etnocentrismo que norteia a seleção dos dias de festa nacional. O contexto internacional, quanto às formas que a festa assume neste final do século XIX, é francamente caracterizado pela conjunção da ordem burguesa com o progresso (entendido apenas como produção industrial) e com a ordem militar calcada na honra, síntese da vertiginosa militarização das grandes potências que atingem a idade do Imperialismo e se lançam à conquista da África, do Oriente, do Caribe. Ao lado das festas cívicas, mais e mais militarizadas, surgem as famosas Feiras Industriais e Exposições Internacionais, vistosas vitrines em que as empresas capitalistas exibem seus produtos e propõem todo um novo ideário estético a partir da própria arquitetura dos pavilhões (o Palácio de Cristal, a Torre Eiffel, por exemplo). Em nossos dias ainda, se observarmos o que acontece com as festas do interior, constataremos a ofensiva das Exposições Agropecuárias, Festas do Milho ou da Soja, etc., corroendo as festas religiosas tradicionais.

*

Focalizando agora rapidamente as festas da Primeira República, tomando como principal referência a região paulista do Vale do Paraíba, o que salta aos olhos é a surpreendente fragilidade das festas cívicas diante da resistência oposta, não somente por monarquistas e civilistas, mas especialmente pela maioria da população que prefere, compreensivelmente, as festas tradicionais do catolicismo popular.

A festa cívica mais impopular era, sem dúvida, o 14 de julho, data da Revolução Francesa, supervalorizada como passo decisivo da humanidade rumo à liberdade e ao progresso, mas que apenas os positivistas e os maçons levavam a sério. A população mal tomava conhecimento e não interrompia as atividades rotineiras; apenas as autoridades cumpriam o mínimo exigido pelo decreto, isto é, hastear a bandeira nacional nos edifícios públicos.

Outra festa cívica que encontrou dificuldades é o 21 de Abril, consagrado a Tiradentes, escolhido pelos republicanos como

símbolo da luta pela liberdade. Muito se discutiu a respeito do republicanismo ou monarquismo do Alferes, e somente com a vitória sobre os rebeldes federalistas, em 1884, é que o governo federal inaugura o busto em bronze do Inconfidente em Ouro Preto, pondo fim à polêmica. A figura de Tiradentes foi posteriormente, como se sabe, apropriada pela Polícia Militar de Minas Gerais.

O 13 de Maio recebeu um tratamento especial dos redatores do decreto-lei 155B: suprimiu-se qualquer referência às instituições monárquicas, sobretudo evitou-se a expressão Abolição da Escravidão, que poderia evocar figuras da dinastia recentemente destronada. A festa foi incluída no conjunto das celebrações da idéia abstrata da Fraternidade, entre o 1º de Janeiro (fraternidade universal) e o 3 de Novembro (comemoração geral - e leiga - dos mortos), e celebra a fraternidade dos brasileiros. Em 1891, no Rio de Janeiro, a comemoração do 13 de Maio foi paupérrima, limitando-se a uma sessão solene da Confederação Abolicionista no Salão do Recreio Dramático e a um baile no Clube do Engenho Velho. Três anos antes, a Abolição dera ensejo a uma semana inteira de festas, levando os republicanos a apelidar a princesa regente de Festeira. As festas do 13 de Maio no Vale do Paraíba mostram um forte surto de racismo contra os negros que por sua vez estão em franco processo de mobilização. Antes e depois deste momento, a festa se reduz às parnasianas tertúlias literárias nos Grupos Escolares, celebrando as mistificações do paternalismo e da democracia racial brasileira; negros e mulatos estão aí ausentes, tanto na escola como nas demais possibilidades de cidadania republicana.

A festa da Bandeira, criação posterior, foi introduzida para reforçar o civismo republicano pouco incentivado pelas comemorações do 15 de Novembro. Em 1905, surge no Rio de Janeiro uma Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais, certamente em resposta a um continuado movimento de repúdio à bandeira nacional criada pelos positivistas, movimento encabeçado por intelectuais católicos e por políticos anti-jacobinos. Enquanto o governo do Estado de São Paulo, por exemplo, ordena às escolas e quartéis que intensifiquem o culto à bandeira, grupos interessados em criar um Partido Católico em 1912 criticam pela imprensa vale-paraibana o lema positivista Ordem e Progresso e informam que não é esta a bandeira que se hasteou no Rio de Janeiro no dia mesmo da proclamação da República.

Em resposta ao civismo republicano, organiza-se uma reação católica que recoloca espetacularmente, com procissões concorridíssimas, a imagem do crucifixo nas salas dos tribunais do júri,

divulgando cada festa pela rede nacional de jornais católicos. A reocupação do espaço perdido com a separação entre Igreja e Estado tem um marco significativo em 1922 (centenário da Independência), quando o dia de Natal é incluído entre as datas nacionais, para desgosto dos positivistas ortodoxos remanescentes.

É com a chamada Revolução de 1930, no entanto, que a presença da Igreja Católica se impõe junto ao Estado, consolidando este processo de recuperação de terreno. As enormes concentrações de massa promovidas pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, nos primeiros momentos do novo regime, especialmente a inauguração da monumental imagem do Cristo Redentor no Corcovado, dominando a paisagem oficial da capital da República, bem como a intensa colaboração de intelectuais católicos junto ao Ministério do Trabalho, e ainda os privilégios obtidos pelo clero católico para o ensino religioso nas escolas e na assistência religiosa às tropas, tudo isto se somou na construção do modelo de festas cívicas brasileiras que todos conhecemos.

*

Se as festas cívicas brasileiras, rigidamente voltadas para a celebração da ordem, da autoridade e na hierarquia, são radicalmente calcadas no militarismo e no catolicismo (embora, desde alguns anos, bastante menos calcadas no catolicismo, em razão dos atritos entre a ditadura militar e o clero progressista), há uma outra festa que, de modo bastante surpreendente, também se propõe a desenvolver um programa cívico: o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro. Quem evidencia o itinerário percorrido pelo carnaval carioca, desde suas origens remotas até a atualidade, enfatizando o período do Estado Novo, é a jornalista Dulce Tupy em Carnavais de Guerra: o nacionalismo no Samba.

Pode-se começar, por exemplo, com a Revolta da Vacina, de 1904, ponto alto da resistência da população pobre da região centro do Rio de Janeiro contra as medidas de modernização e higienização da cidade. As grandes obras públicas resultaram na expulsão sumária de multidões para os morros - em 1907, os jornais dão notícia da primeira favela, no morro de Santo Antônio. A vitória da repressão contra a revolta popular ensejou aplausos e alegorias luxuosas em homenagem ao prefeito Pereira Passos no carnaval das elites em 1906. Além de brincar o entrudo conforme a velha tradição luso-brasileira, a massa plebéia carioca apresenta neste ano ainda outra resposta, com a realização do Primeiro Congresso Operário.

Em 1912, a Marinha censura um filme nacional que focalizava a vida do cabo João Cândido, líder da Revolta da Chibata,

igualmente reprimida com selvageria pelas tropas da ordem.

Mas é em 1924 que se desencadeia um processo de apropriação do carnaval, que merece atenção de nossa parte. O escritor Coelho Neto sugere no Jornal do Brasil que os grupos carnavalescos adotem como tema para suas exhibições os motivos cívicos. A sociedade carnavalesca Ameno Resedá atende ao pedido e tenta apresentar um enredo baseado no Hino Nacional, mas sofre tremendo fracasso junto a seus competidores. O primeiro-secretário do rancho publica no mesmo jornal uma carta aberta, lamentando a dificuldade de desenvolver conforme o sistema de comunicação próprio ao carnaval as imagens cívicas "que nunca foram corporificadas, mas apenas idealizadas". Coelho Neto contesta, volta a insistir e profetiza: um dia, "o Povo aprenderá alegremente, em espetáculo artísticos, a amar o Brasil através da poesia de suas lendas, dos episódios de sua história, e dos feitos de seus heróis".

Às vésperas do carnaval de 1936, em pleno período de repressão aos envolvidos na chamada Intentona Comunista, o programa radiofônico A Hora do Brasil é transmitido para a Alemanha nazista diretamente do Morro da Mangueira, iniciativa de Lourival Fontes, da Diretoria de Turismo e futuro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, para incentivar o turismo. Por esta época, as autoridades passam a nomear a cada ano o Rei Momo, enquanto os grupos carnavalescos populares elegem, num gesto de oposição, o Cidadão Samba, alegando que o samba nasceu no morro - onde os reis nunca vão - e propondo de modo humorístico todo um programa de governo democrático durante o carnaval, antítese da política repressiva do Estado Novo.

Com a intensa preocupação do governo norte-americano em integrar o Brasil na luta contra o Eixo, as grandes indústrias do rádio, do disco e do cinema passam a exaltar um certo "tipo brasileiro" a partir do samba carioca e da exaltação regionalista da Bahia. O carnaval de 1940 mostra um primeiro ensaio de apropriação do carnaval por um programa nacionalista, ufanista, atrelado à máquina de propaganda do Estado. A Portela apresenta um enredo buscando saudar as instituições, mas o povo canta "pau na Justiça" em lugar de "Salve a Justiça".

No ano seguinte, 1941, a Portela corrige o fracasso e inaugura uma série de vitórias carnavalescas com o samba enredo 10 anos de glória, celebrando Getúlio Vargas e a si própria. Em 1942, o famoso cineasta Orson Welles vem ao Rio de Janeiro filmar o carnaval. Com a decretação de guerra contra a Alemanha, a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional insistem em

promover o carnaval, impondo um tom patriótico e guerreiro. A Portela vence mais uma vez, com o samba que diz: "Terra de liberdade, Brasil nunca usou de falsidade".

Durante os três anos de guerra, a UNE e a Liga de Defesa Nacional praticamente redigem as letras que as escolas de samba tratam de desenvolver na avenida. No primeiro carnaval após a derrota do fascismo, 1946, a Portela vence ainda uma vez com Alvorada do Novo Mundo: mundo novo em que, frente às figuras do três grandes vencidos, só há um grande vencedor, o Tio Sam.

Neste mesmo ano, uma festa cívica muito significativa, o 15 de Novembro, dia da República, é celebrado por iniciativa do jornal comunista Tribuna Popular, no estádio de São Cristóvão. Um júri composto por intelectuais comunistas, presidido por Luís Carlos Prestes, avalia o desempenho de 22 escolas de samba que, tal como no carnaval, desenvolvem motivos cívicos em ritmo de samba.

Constatada a influência crescente do Partido Comunista na União Geral das Escolas de Samba (cariocas), fundada em 1934, surge em 1947, por iniciativa do major Frederico Trota, do Partido Orientador Trabalhista, a Federação Brasileira de Escolas de Samba...

A trajetória do carnaval carioca não se interrompe aqui; observe-se no entanto que permanece desde então praticamente intocado um modelo de festa que corporifica a proposta de Coelho Neto, que por sua vez evoca Jean-Jacques Rousseau. Os historiadores têm diante de si um enorme acervo de fontes primárias: os textos e alegorias das escolas de samba, acervo precioso para todos aqueles que se dispuserem a pesquisar um dos mais fascinantes fenômenos de manipulação de memória e de formação do civismo dos brasileiros.

*

Finalizando esta sugestão para reflexão sobre os limites da produção do conhecimento histórico e o impacto das festas - cívicas ou não - sobre a memória social, é oportuno citar o historiador Sidney Chalhoub. Cabe a nós a difícil tarefa de complicar a vida. Ao explorar de modo sistemático situações não exploradas pelo senso comum, ao buscar estranhos objetos de estudo, o historiador pode criar condições para a percepção do real enquanto construção, como invenção de seres humanos em processo de interação e luta entre si. A História pode instigar a pensar o social (passado, presente, futuro) como processo tecido na contradição e na luta, e não como anestesia ou mesmice, isto é,

como ponto de chegada obrigatório de um caminho linear, harmônico, previsível. Nossas próprias vidas estão sendo continuamente inventadas, e há sempre, apesar de todas as tentativas em contrário, a possibilidade de reinventarmos nossa existência, assumir outros comportamentos, diferentes daqueles que são tão ansiosamente esperados de nós.

*

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Jaime de. Foliões. Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século (1888-1918). Tese de Doutorado em História. USP. 1987.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. SP. Brasiliense. 1986.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. RJ. Zahar. 1978.
- DUVIGNAUD, Jean. Fêtes et civilisations. Paris. Weber. 1973; existe uma edição brasileira.
- OZOUF, Mona. "A festa: sob a Revolução Francesa" in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. RJ. Francisco Alves. 1976.
- TUPY, Dulce. Carnavais de guerra. O nacionalismo no Samba. RJ. ASB. 1985.

*